

PANSEXUALIDADE: UMA SEXUALIDADE MONODISSIDENTE

Tainá Sousa da Silva¹

Resumo: Este artigo analisa como o tema da pansexualidade vem sendo abordado, definido e interpretado, construindo um panorama histórico acerca das sexualidades não mono sexuais. A pansexualidade, se configura como uma sexualidade monodissidente (pessoas que se relacionam com mais de um gênero: bi, poli e pansexuais), assim, indo de encontro com a cultura hegemônica das sexualidades monossexuais (hetero e homossexuais). Uso a teoria de Goffman (2004) e Spivak (2010) para analisar o estigma e a subalternização criada pelo sistema da monossexista. Diante da escassez de pesquisas e publicações teóricas sobre a pansexualidade, este texto é também um manifesto que evoca a pensarmos sobre as construções sociais de verdades e mitos sobre as práticas afetivas e sexuais não hegemônicas, focando nas práticas de pessoas monodissidentes, garantido que os subalternizados tenham direito a voz para saírem da posição de subalternidade.

Palavras-chave: sexualidades; pansexualidade; monodissidência; estigmatização; subalternidade.

Introdução

Então, eu, Tainá, mulher, cisgênera, branca, pansexual, oriunda do interior baiano, residente de Salvador-BA, sei as intersecções (e privilégios) que carrego e perscrutei em pesquisar sobre algo que me representa e motiva. Desenvolvo esta pesquisa em um “lôcus de enunciação” e “lugar de fala” do qual faço parte, numa perspectiva de fronteira e convergência interseccional embasada pelas teorias de Gloria Anzaldúa (1987), Carla Akotirene (2019) e Djamila Ribeiro (2017). Estudo sobre esta sexualidade/identidade/intersecção/marcador social da diferença que é a pansexualidade, para angariar conhecimentos, buscar legitimidade, representatividade e respeito.

Investigo como o tema da pansexualidade é abordado e socializado no ambiente virtual (visco que, estamos em uma Pandemia), buscando compreender e problematizar os processos de identificação e sociabilidade de pessoas pansexuais, e como a sociedade os percebem e interpretam. A fim de questionar a construção de um estigma a partir de mitos e pré-conceitos, a luz do conceito de estigmatização de Goffman.

¹ Graduanda em Produção em Comunicação e Cultura pela da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia.
tainasousabi@gmail.com

Algumas questões serão desenvolvidas ao longo do artigo, faço um panorama acerca das práticas de sexualidade monodissidentes; conjecturo sobre o conceito teórico e reverberações práticas das sexualidades não monossexuais (o monossexismo), buscando distinguir as definições de pansexualidade e de bissexualidade; apurar, problematizar e desmistificar mitos e pré-conceitos construídos sobre a pansexualidade, como o recorrente equívoco que pessoas pansexuais transam com animais, plantas e objetos; problematizar qual a opinião e tratamento das comunidades LBGTPIA+ com a sexualidades monodissidentes, e reflito se é muito diferente das opiniões e tratamentos das pessoas heterossexuais.

A pansexualidade (o prefixo “pan” vem do grego *panτός*, significa “tudo” ou “todos”, logo a pessoa pansexual se relaciona com todos os gêneros) é uma sexualidade monodissidente ou não monossexual (mono, do grego *mónos*, único; e dissidente do latim *dissidens.entis*, significa divergente, logo as sexualidades monodissidentes ou não monossexuais se relacionam com mais de um gênero), teoricamente nova na história das pesquisas sobre sexualidades não heterossexuais, praticamente não há estudos e publicações teóricas e científicas examinando e perscrutando este tema. Esquadrinhei muitos sites como: Google Acadêmico, Scielo, Portal Capes, Repositórios acadêmicos entre outros, e não há pesquisas exclusivamente sobre essa sexualidade. As pesquisas que tem são da área da psicologia tratando a bissexualidade pelo viés da saúde, desejo seguir caminhos antropológicos e sociológicos com a pesquisa. Em contrapartida, o tema é cada vez mais recorrente na contemporaneidade, com um bum na internet, principalmente a partir do anos de 2000, em maior foco a partir de 2010, as pessoas estão gradativamente entendendo, se identificando e se assumindo enquanto pansexuais, principalmente no ambiente virtual. Famigerada entre os jovens, estes vêm aderindo à pansexualidade como um termo “guarda-chuva” que dá conta de abranger suas sexualidades que tendem a ser menos limitadas e reduzidas ao moralismo e binarismo de gênero, conceito mais comum na bissexualidade. Atualmente com a auto declaração de pessoas famosas o termo vem ganhando mais visibilidade e discussão, ficando nítido que ainda há muitas dúvidas e pré-conceitos enraizados sobre os gêneros e as sexualidades dissidentes. Diante do quadro brasileiro de ignorância institucionalizada, o descaso é proposital com esses temas e vidas, pois o país faz questão de não ensinar estudos que desmistificam os mitos, pois desconstruir

os pré-conceitos arraigados, é garantir que haverá respeito para com a população LGBTPIA+ (que é morta todos os dias pela cultura cisheteropatriarcal, racista e classista vigente).

Por isso, venho com essa pesquisa fomentar a produção acadêmica sobre sexualidades monodissidentes, que são histórica e teoricamente pouco convencionais e consideravelmente subalternas e estigmatizadas, inclusive pela comunidade LGBTPIA+. Portanto, há uma lacuna teórica oriunda da hegemonia monossexual, que espolia dos locais de representatividade uma parcela significativa da população, a que se relaciona afetiva e sexualmente com mais de um gênero, e no caso das pessoas pansexuais onde o gênero não é uma questão determinante para a relação física e amorosa, acaba sendo mais invisibilizada ainda. Logo, faz-se necessário a produção de conhecimento científico acerca das sociabilidades de sexualidades que foram marginalizadas e subalternizadas, assim como afirma Gayatri Spivak em “Pode o Subalterno Falar?” (2010), ela explica que grande parcela da população mundial é excluída historicamente dos espaços de representação, poder e produção de conhecimento acadêmico propositalmente, de forma institucionalizada, cultural e histórica, pois a atribuem descréditos e inferiorização em suas demandas, são alocadas como não importantes, por isso, não carecem e, sobretudo, não merecem representação. O objetivo aqui é oportunizar espaço de voz a uma parcela da população (sexualidades monodissidentes) que ainda não é ouvida, nem aceita, muito menos respeitada. Quebrando com o positivismo epistemológico para garantir representação e subverter o sistema da subalternização (branco, europeu, patriarcal, hétero, racista, LGBTfóbico, classista...)

Produzir conhecimento sobre uma identidade é dar-lhe legitimidade para conseguir direitos. O resumo citado abaixo é do teórico Leandro Colling sobre o livro que ele organizou “Dissidências sexuais e de gênero” lançado em 2016.

"As temáticas discutidas por toda a obra permeiam os estudos sobre as normatizações, as normalizações, as naturalizações, binarismos, sexualidades e os gêneros, para um eixo além da produção científica [...] problematizam e tencionam a forma permanente em que a produção científica na área é realizada e busca levar a compreensão de que produzir saber científico é um ato político, que o ativismo social também produz conhecimentos e toda essa produção precisa estar à serviço de políticas públicas para que as pessoas respeitem,

reconheçam e aprendam com as múltiplas sexualidades e gêneros existentes na sociedade." (Colling, 2016)

Trouxe este resumo, pois acredito que, de certa forma, ele também resume este artigo. Enfim, existem instâncias de poder tradicionais que ditam como devem ser os estudos sobre gênero e sexualidade, determinadas pelo monossexismo, sendo primeiramente estabelecido pelas teorias oriundas da heterossexualidade e posteriormente também pela homossexualidade. Dessa forma, estudar o amor e o desejo vivido numa perspectiva mais livre e transgressora, como as sexualidades monodissidentes, é investir em alternativas para as hierarquias de poder que estabelecem os formatos e os padrões de como viver e amar, é uma luta contra-colonial, fruto dos saberes orgânicos como enfatiza o teórico Nêgo Bispo (2015), é parte do processo de descolonizar o saber e o poder, como traz Boaventura Sousa Santos (2010).

Panorama histórico

Sexualidades monodissidentes, é um termo pouco conhecido, porém historicamente bastante vivenciado. Monodissidentes não se relacionam com um único gênero apenas, diferentes dos monossexuais, dentro das sexualidades monodissidentes, escolhi a pansexualidade para pesquisar, a pessoa pansexual se relaciona com todos os gêneros, ou, como muitas dizem, se relacionam com pessoas, independente da sua identidade de gênero e sexual. A atração é baseada na relação com cada pessoa especificamente, de uma forma mais ampla, não focada e (de)limitada pelo sexo e/ou gênero da mesma, as conexões acontecem de forma natural e orgânica, baseadas nos encontros energéticos e gostos pessoais. Então, o que a diferencia da bissexualidade? O termo “bi”, do latim *duo*, significa dois, logo, a bissexualidade foi cunhada como a sexualidade que se relaciona com os dois gêneros binários (masculino e feminino), com o passar dos anos, houveram mudanças sociais e teóricas, e o termo bissexual passou a ser limitante, pois não inclui quem está fora do binarismo de gênero (pessoas não binárias, gênero fluido, agênero, transgênero e transexuais...), daí nasce os termos poli, multi e pansexual, que são sexualidade que não se limitam aos gêneros. Mas hoje, as pessoas que se assumem bissexuais não necessariamente se relacionam apenas com homens e mulheres cis (há uma parcela bissexual que só se relaciona com pessoas cisgêneras), esse é termo mais conhecido, por isso existem pessoas que tem “práticas pansexuais” e se declaram bissexuais.

“O ano é 1920. O famoso psicanalista Sigmund Freud publica “Além Do Princípio Do Prazer”, texto no qual esquadrinha conceitos relacionados à catexia libidinal humana, relacionando-os aos princípios sexuais instintivos que, segundo ele, moveriam tudo o que é passível de acontecer através de motivações passionais humanas. (MEDEIROS, 2015, p.1-2)

A teoria pansexualista de Freud estabelecia que todas as atitudes humanas seriam movidas pelos instintos sexuais, mesmo tendo sido bastante contestada e criticada, ficou enraizada no imaginário social. Anos depois, o termo pansexual passa a ser usado para designar uma sexualidade mais livre, então o peso do pansexualismo caiu sobre a pansexualidade, mesmo sendo conceitos totalmente diferentes.

A sexualidade pansexual ainda é, de forma geral, pouco conhecida e estudada, porém, muito vivenciada e cada vez mais difundida, sobretudo, na internet. Nos últimos 10 anos, ainda mais, nos últimos 5, o termo passou a ser difundido progressivamente, principalmente por meio de auto declaração de famosos como: Preta Gil, Bella Thorne, Kristen Stewart, Cara delevingne, Janelle Monáe, Miley Cyrus, Amandla Stenberg, Tess Holliday, Angel Haze, Bianca Andrade, Nátaly Neri, Clara Gallo, Sarah Peters... A partir dessas e outras famosas, a mídia foi abordando o tema ao longo desses anos, mas em 2020, houve uma vultosa polêmica quando Reynaldo Gianecchini, ator Global, declarou em uma entrevista: “Dizem que sou gay, mas não me considero assim. Eu me considero tudo ao mesmo tempo. Se existir uma palavra para mim, então é 'pan' [pansexual], porque 'pan' é tudo”². O ator acolhe a pansexualidade como um “caixinha” menos limitante de sexualidade que as demais, mais abrangente e menos engessada. Por isso, sofreu bastante discriminação nas redes sociais, foi um dos assuntos mais comentados por semanas, alvo de chacota e ojeriza, pois a população tem enraizado um estigma deslegitimador, sobre as sexualidades não monossexuais, sobretudo, a pansexualidade, pois, existe a regra social que todas as pessoas devem se encaixar no monossexismo, ou você é hétero ou é homossexual, “tem que se decidir”, como se, decidir não ser monossexual não for uma decisão legítima.

Além desses, houveram dois cantores famosos do rock nacional que também marcaram a história das sexualidades não monossexuais no Brasil, se assumindo enquanto

²MANFRENATO, Isabella. Reynaldo Gianecchini declara se identificar com a pansexualidade: “Dizem que sou gay, mas não me considero assim”. Uol, 01/09/2020. Disponível em <<https://hugogloss.uol.com.br/famosos/reynaldo-gianecchini-declara-se-identificar-com-a-pansexualidade-dizem-que-sou-gay-mas-nao-me-considero-assim/>>. Acesso: em 01/04/2021

pansexuais/bissexuais: Renato Russo e Serguei, contribuíram de maneiras diferentes, porém, bastante marcantes. Na coletânea “Renato Russo de A a Z: as idéias do líder da Legião Urbana” coordenado pela jornalista Simone Assad, publicada em 2000, narra histórias da vida íntima e profissional do cantor e compositor. Renato se assumiu enquanto homossexual/bissexual/pansexual publicamente em entrevistas e na famigerada música (que chocou o Brasil) “Meninos e Meninas” em 1989, onde declara gostar de se relacionar com mais de um gênero. No trecho abaixo do livro “Escrita da História”, traz parte de uma entrevista concedida por Renato, onde ele afirma ser pansexual e comenta “fazer parte uma minoria, que não é tão minoria assim, ainda mais neste país.”

Segundo as informações dessa coletânea, Renato Russo assumiu-se homossexual para a família e publicamente em 1979. Nas entrevistas, relata um dos verbetes, assim se apresentava o músico: “Me considero pansexual, mas sou o que as pessoas chamariam de homossexual [...] (1994)” (RUSSO, 2000, p. 182; DAPIEVE, 2006: 124). (Cerezer, pag. 77. 2010)

Foi muito importante para o Brasil dos anos 80, um cantor renomado de rock se reconhecer como LBGTPIA+. Uma representatividade que fez/faz diferença na história das lutas contra a LGBTfobia, nas discussões acerca do monossexismo, pois reivindica a legitimidade do seu lugar de monodissidente, e exige respeito de todes.

Já o polêmico cantor de rock, Serguei, se declarava assumidamente pansexual, afirmava que transava muito, que era um escravo do sexo, propagava falas que reforçaram os estereótipos e pré-conceitos sobre as sexualidades dissidentes, sobretudo, as monodissidentes. Em uma entrevista no “Programa do Jô” em 2002, comentou que estava passeando em Saquarema-RJ, se masturbou próximo a um cajueiro, e no momento do orgasmo se agarrou ao pé. Jô, em uma brincadeira perguntou: “Então você comeu a árvore?” E o cantor, brincando disse: “Sim”. A partir disso, este país LGBTfóbico fez questão de propagar da pior maneira possível essa informação, criando um espectro onde pansexuais necessariamente tem compulsão por sexo, se interessam por qualquer pessoa e praticam atos sexuais com “tudo”, inclusive plantas, animais e objetos (parafilia e zoofilia). O próprio cantor, em diversas entrevistas, explica que essa história foi um mal-entendido, que era uma brincadeira que o Jô fez e perpetuou como verdade, que ele nunca se envolveu de nenhuma maneira (sexualmente ou afetivamente) com nenhuma árvore. O trecho abaixo

traz uma análise a partir de Goffman sobre estigma, que descreve o que aconteceu com o Serguei, o Brasil e a pansexualidade, e a identidade social virtual.

“A pessoa estigmatizada possui duas identidades: a real e a virtual. Considera-se identidade real como atributos que uma pessoa prova possuir, enquanto a identidade virtual são os atributos imputados ou criados para uma pessoa. Deste modo, uma dada característica pode ser um estigma, especialmente quando há uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real” (Goffman, 2004, apud, Freitas, p 4, 2019)

Definitivamente, o estigma sobre a pansexualidade foi construído pelos detentores do poder que estabelecem a normalidade padrão, o grupo hegemonicamente dominante composto pelo cisheteropatriarcado branco, monossexual e colonizador, de origem cristã, como aponta Akotirene em seu livro *Interseccionalidade*, lançado em 2019, marginalizam de forma proposital, criando calúnias e difamações absurdas sobre a população que não é detentora da grande parte do poder aquisitivo, com o objetivo de deslegitimar suas culturas. Como traz Foucault (1975), nossos corpos passam por vigília constante, vivemos uma sociedade baseada na punição e adestramentos com intuito de domesticar e padronizar, corpos, mentes e afetos.

A colonização que a América foi submetida trouxe junto com o imperialismo extrativista, moralista e etnocida a instituição e imposição da culpa, do medo e do pecado cristão sobre os corpos e práticas, estigmatizando, marginalizando e criminalizando as as práticas culturais autóctones. O conceito de estigmatização desenvolvido por Goffman (2004), nos ajuda a entender e explicar o processo que levou o colonizador europeu imperialista a se estabelecer como o padrão ideal e correto a ser seguido, e impor que a diversidade cultural (rituais e costumes) das populações originárias eram erradas e inferiores. A colonização sentenciou aos donos da terra (Américas) o estigma de estranho, exótico, primitivo, errado, inferior, outro, os fizeram crer que negar suas origens e culturas era o certo a se fazer, pois suas crenças foram deslegitimadas, demonizadas e criminalizadas. O trecho abaixo do livro “Estigma” de Erving Goffman (2004), caracteriza essa estratégia imperialista.

“Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser - incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável [...]. Assim deixamos de considerá-la criatura comum e total, reduzindo-a a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é estigma,

especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande - algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem.” (GOFFMAN, 2004, p. 6).

O autor Estevão Fernandes desenvolveu em sua tese³ uma pesquisa sobre como os povos indígenas americanos se relacionavam sexualmente antes da colonização europeia, ele descreve várias práticas de diferentes tribos indígenas onde os papéis de gênero e as respectivas sexualidades eram diversas, as relações entre pessoas do mesmo gênero e com mais de um gênero era algo interpretado como natural em muitas etnias, fazia parte das culturas locais. O olhar e domínio colonizador que trouxe a ideia do pecado cristão.

[...]sei das implicações (e complicações) advindas do uso aqui do termo “homossexualidade” para me referir, de forma mais ou menos genérica, às diversas práticas não heterossexuais encontradas em etnias no país. Tal uso deve-se, em princípio, a fins instrumentais: parte considerável das fontes é constituída por cronistas, missionários, viajantes e fontes (históricas ou antropológicas), que utilizam termos bastante genéricos como “sodomia”, “pecado nefando” e “pederastia”, sem fazerem maiores distinções a práticas bissexuais, homossexuais, intersexuais, transexuais, entre outras. Além disso, como dito acima, parto aqui da opção de deslocar o foco das práticas em si para focar em seus enquadramentos, a partir do processo que denomino neste trabalho de “colonização das sexualidades indígenas. (Fernandes, p.21, 2015)

Conceber que povos originários brasileiros vivenciavam sexualidades menos limitadas e setorizadas, e que foi o colonizador europeu que trouxe seus dogmas cristãos, cheios de pecado, culpa e medo e impôs como norma padrão única, instaurando a heterossexualidade compulsória à um povo que experienciava outras concepções epistemológicas e ideológicas de vida, e de sexualidade.

“[...]1613: Índio tibirá Tupinambá do Maranhão, é executado como bucha de canhão por ordem do frades capuchinhos franceses em São Luís, “para desinfestar esta terra do pecado nefando”; é primeiro homossexual condenado à morte no Brasil” (MOTT, 2006, Apud, Fernandes, p. 25, 2015)

A história desse assassinato, entre tantas outras atrocidades da colonização, nos ensina que os povos originários das Américas tinham uma sociabilidade sexual e amorosa mais livre e fluida, e que foi o processo de colonização que instaurou a ditadura heterossexual engessante e espoliadora. Fernandes nos mostra que as relações eram mais

³ FERNANDES, Estevão. Decolonizando sexualidades: Enquadramentos coloniais e homossexualidade indígena no Brasil e nos Estados Unidos, 2015. Tese Doutorado em Ciências Sociais, Universidade de Brasília. Brasília, 2015.

orgânicas, onde o gênero não era uma pauta obrigatória e excludente, e que indígenas mantinham relações com mais de um gênero sem necessariamente atribuir uma carga negativa e rotuladora aos atos, os termos e classificações, e conseqüentemente discriminação é obra do colonizador europeu. Atualmente há indígenas que lutam por respeito, valorização e direito da população indígena LGBTPIA+⁴. A exemplo de Emerson Pataxó, liderança bissexual indígena da aldeia Cara Vermelha em Santa Cruz de Cabralia-BA, em entrevista para Revista Hídrida⁵, declarou: “Nunca tivemos casos de morte ou agressão física por alguém ser LGBT. Não escondo o que sou, levo a pauta e puxo esse debate na minha aldeia. É tudo muito natural”, conta ele. Para a pesquisadora indígena antropóloga Braulina Aurora, da etnia Baniwa, a ideia de pecado nas relações homoafetivas é “herança das igrejas”, pois as práticas sempre existiram entre os indígenas”, afirma.⁶ Logo, é possível declarar que se relacionar com pessoas independente do gênero que elas carregam é uma prática ancestral, e que os termos trazidos aqui, neste artigo (monodissidência; pansexualidade) servem para rotular, e galgar legitimidade para experiências socializadas historicamente.

Monossexismo compulsório

A heterossexualidade compulsória é uma regra social colonial que estabelece que a priori, todo mundo deve ser heterossexual, e devem seguir com a heteronormatividade (mesmo quem não é hétero). E a monossexualidade abarca as sexualidades em que pessoas se relacionam apenas com um gênero (heterossexualidade e homossexualidade), esses padrões criaram uma exclusão teórico e social que marginaliza e adoce uma parcela enorme da população que não se enquadra essas regras. O processo de identificação sexual

⁴ PAES, João. 17 indígenas LGBT para seguir no Instagram e ter muito orgulho. Casaum. 27/06/2020. Disponível em < <https://www.casaum.org/17-indigenas-lgbt-para-seguir-no-instagram-e-ter-muito-orgulho/>>. Acesso em: 10/03/2021.

⁵ MUNIZ, Lívia. EMERSON PATAXÓ: “SOU BISSEXUAL E LUTO EM DEFESA DOS MEUS IGUAIS”. Revista Hídrida. Disponível em < https://revistahibrida.com.br/revista/edicao-6-recomecos/emerson-pataxo-sou-bissexual-e-luto-em-defesa-dos-meus-iguais/?fbclid=IwAR3y0S01QaWdvifSa2IMJ7Se5p2a_Id565TsRfKZdfhLoAhWfRW5xUniao>. Acesso em: 10/03/2021.

⁶ MARQUES, Marília. Indígenas e gays: jovens contam como é ser LGBT dentro e fora das aldeias. G1. 19/01/2019. Disponível < <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/01/19/indigenas-e-gays-jovens-contam-como-e-ser-lgbt-dentro-e-fora-das-aldeias.ghtml>>. Acesso em: 10/03/2021.

é mais subjetivo, confuso e difícil para as pessoas LGBTPIA+. Em geral, quando começam a se experimentar e se relacionar com pessoas do mesmo gênero a sociedade rotula como homossexual, necessariamente, pois define, que todas as pessoas que se relacionam sexualmente e/ou amorosamente com pessoas do mesmo gênero é homossexual. Dessa forma, existe um padrão social que estabelece um monossexismo compulsório, ou seja, ou a pessoa é hétero ou é homossexual.

[...]as práticas bissexuais não eram consideradas como uma sexualidade em si, mas entendidas como um estágio do desenvolvimento, uma pré-sexualidade e classificadas nos termos da heterossexualidade e da homossexualidade (CALLIS, 2009). Mesmo nos dias de hoje, essas perspectivas seguem tendo repercussão nos discursos contemporâneos que negam a existência das bissexualidades e que insistem em classificar os sujeitos como heterossexuais ou homossexuais. (JAEGER, et al., 2019, p. 4)

A quantidade de pessoas que sentem atração por mais de um gênero é muito grande, tão grande, quanto o pré-conceito atribuído a elas. O padrão monossexista deslegitima as sexualidades não monossexistas, as colocam no lugar de dúvida, indecisão, experimentação e “em cima do muro”, além de atribuir juízos de valor discriminatórios como: promíscuas, não-monogâmicas, transmissoras de ITS, pérfidas...

É comum, por exemplo, pessoas bissexuais serem erotizadas, fetichizadas e associadas à não monogamia, à ménage à trois, à infidelidade e à transmissão de ISTs. [...]Para Foucault (1988), tanto o cristianismo como os Estados e a Ciência têm prescrito regras que reforçam um modelo de sexualidade baseado na monogamia, na procriação, no casamento e na heterossexualidade, fazendo com que tudo aquilo que escape desse modelo seja visto como ininteligível, “promíscuo” e “perverso” (CAVALCANTI, 2007, apud, JAEGER, et al., 2019, p.11).

Diante disso, reitero o conceito de interseccionalidade de Akotirene (2019), para frisar que as mulheres negras sofrem ainda mais que homens e mulheres brancas pansexuais. “[...] a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, e as articulações decorrentes daí, que imbricadas repetidas vezes colocam as mulheres negras mais expostas e vulneráveis aos trânsitos destas estruturas.” As mulheres pansexuais são consideradas promíscuas, mas as mulheres negras pansexuais, são duas vezes mais sexualizadas e estigmatizadas, sofrendo mais opressão e assédio que mulheres brancas pansexuais. É importante refletir sobre o peso dessas opressões quando associadas, por exemplo, uma mulher, negra, transexual, pansexual com baixa escolaridade e em condição de vulnerabilidade financeira irá sofrer ainda mais com o sistema

cisheteropatriarcado racista. Então, é preciso colocar as lentes da sensibilidade interseccional e olhar para o mundo para perceber e tentar evitar reprodução de opressões.

Eu acho que pensando na questão da interseccionalidade, principalmente acho que pelo fato de eu ser uma mulher negra bissexual, eu carrego bastantes estereótipos que as pessoas criam sabe. Eu acho que a bissexualidade carrega o estereótipo da promiscuidade, da questão de ser uma pessoa confusa, de não ser algo sério e eu acho que, por exemplo, por eu ser uma mulher negra já tem essa questão em volta do nosso corpo, sabe? De hipersexualizar, de objetificar e de não tratar como sujeito e sim como objeto, então eu acho que essas intersecções acabam gerando isso também. (SIQUEIRA, KLIDZIO, 2020, p 25)

Pensar sobre a invisibilidade das sexualidades não monossexuais dentro dos movimentos LGBTPIA+, é mais uma vez, pensar sobre monossexismo compulsório. A exclusão de pessoas bi e pansexuais acontece no mundo heterossexual e no mundo homossexual também, de maneiras diferentes, mas com pré-conceitos e discriminação semelhantes, o movimento de lésbicas e gays, de uma forma geral tratam as pessoas com sexualidades monodissidentes como promíscuas, menos confiáveis, não monogâmicas (necessariamente), transmissoras de ITS, pérfidas, ou seja, seguem a mesma reprodução pré-conceituosa que as pessoas heterossexuais. Pansexuais se sentem rejeitadas e menosprezadas por hétero e homossexuais, ficam em um não-lugar, e dentro do movimento LGBTPIA+ suas pautas são invisibilizadas e/ou ocultadas, não nos sentimos pertencentes, respeitadas e valorizadas. A questão de estar na sigla é algo importante, escrevo LGBTPIA+ pois acredito que a prática pansexual é bastante usual, mesmo que o termo não seja tanto (escolho não usar a letra “Q” – *Queer* - porque no Brasil pouca gente sabe que o “Q” representa *Queer*, e sabe menos ainda o que é *Queer*), estar na sigla é uma busca por direitos e legitimidade

“Essa relação entre sexualidade e verdade tem sido estabelecida desde o século XIX e XX por meio da medicina, do Estado e da Igreja, instituições essas que têm delimitado ao longo do tempo as margens do que seriam sexualidades normais e desviantes. No entanto, o que percebemos atualmente é que os próprios movimentos LGBTs têm estabelecido critérios que distinguem quais sexualidades terão mais legitimidade ou não.” (JAEGGER, et al., 2019, p.12)

Outra questão muito importante é a saúde da população LGBTPIA+, sobretudo no Brasil, o mais país que mais violenta e mata essa população. Como trouxe a pressão exercida pela monossexismo nos encurrala, desvaloriza e adocece, casos de depressão e suicídio são cada vez maior dentro da comunidade, é preciso que instancias internas e políticas intervenham, e busquem um olhar e cuidado direcionado de maneira eficiente e

sensível, por meio de políticas públicas específica que visem além de cuidar dos sintomas (depressão, ansiedade e suicídio), cuidem da causa (LGBTfobia). Além do fato de ser extremamente complicado procurar ajuda médica ginecológica e urológica e saber que há uma grande chance de sofrer LGBTfobia. As sexualidades dissidentes ainda são vistas como doenças e tratadas como desvio de caráter por profissionais da saúde (e de diversas áreas).

O estigma, preconceito e discriminação sofrida por pessoas LGBTI+ promovem um ambiente hostil e estressante que leva a problemas de saúde mental. Estudo de revisão sistemática evidenciou que o risco de depressão entre pessoas LGBTI+ é pelo menos o dobro do que entre heterossexuais. Da mesma forma, pessoas LGBTI+ também estão em maior risco de vida e prevalência de transtornos de ansiedade em comparação com heterossexuais [...]Ser LGBTI+ no Brasil, configura uma situação de risco, pois violações de direitos são cometidas com frequência e por motivações diversas. (Freitas, 2019, p 5-6.)

Considerações Finais

Spivak (2010) nos ensina que é necessário questionar e tencionar estruturas sociais que estabelecem apenas uma história/versão como verdade, e sabemos que somos muito diversos para cabermos todes dentro da caixinha da monossexualidade colonial. Eu, enquanto uma mulher pansexual, uso essa intersecção/local de fala/lócus de enunciação (AKOTIRENE 2019; RIBEIRO 2017; ANZALDÚA 1987) para pesquisar e escrever sobre essa sexualidade com objetivo de nos dar voz, buscar legitimidade e representatividade para sairmos da subalternidade. Desconstruindo a teoria positivista que afirma que não podemos falar sobre nós teoricamente, exige uma distância que na verdade é estratégia para nos distanciar dos locais de poder. O Movimento LGBTQIA+ representa o conceito de “*vertretung*” que Spivak (2010) descreve, uma falsa representação, que toma o lugar do outro, fala por ele mas não é ele, a representação não é só um problema de “falar sobre, mas também de falar por”, existe uma diferença entre quem fala e quem luta, meu objetivo é lutar falando (e escrevendo), para universidade e para fora dela também, pois os muros cercam e cerceiam conhecimento e eu quero ir além dos espaços que já são privilegiados com conhecimento.

É preciso pautar a contra-colonização (BISPO, 2015) dentro dos estudos sobre sexualidade, pois assim como afirma Nêgo Bispo em sua livro, nossos hábitos e padrões ainda são fortemente influenciados pelo colonizador europeu, ele traz a ideia da valorização das práticas orgânicas como estratégia para sair da colonização dos sabores e fazeres. A pansexualidade é uma prática orgânica contra-colonizadora, se relacionar com pessoas independente de seus gêneros é revolucionário, é uma quebra no padrão cisheteropatriarcal colonial (AKOTIRENE, 2019). Boaventura de Sousa Santos (2010) nos ajuda a pensar na direção de descolonizar o pensamento e o conhecimento, para que possamos nos desvencilhar que padrões que não são nosso, buscar a valorização e legitimação das nossas culturais e epistemologias, quebrado o mercantilismo e concepções da direita neoliberal conservadora.

Esta pesquisa está em andamento, desejo fazer uma etnografia de *posts* (em sites específicos) sobre a pansexualidade, buscando entender como se dão os processos de identificação e sociabilização de pessoas pansexuais no ambiente virtual, e averiguar como a população não pansexual trata o tema, entre outras observações qualitativas e quantitativas.

Enfim, acredito que o monossexismo é um padrão excludente e colonial, que de maneira estratégica e perversa espolia de espaço poder e acolhimento pessoas monodissidentes. A pansexualidade é um termo guarda-chuva que acolhe sem impor limites, pregando o respeito aos desejos humanos e naturalizando o que é natural, sentir atração por pessoas. É Importante se apropriar de suas identidades, valorizando e quebrando tabus conservadores que nos silencia e adocece em nome de um sistema que não foi feito por/prá nós.

Referências Bibliográficas

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152 p. ISBN 978-85-98349-69-5 | Cadernos de Linguagem e Sociedade.

BAPTISTA, Livia Márcia Tiba Rádis. **(De)Colonialidade da linguagem, lócus enunciativo e constituição identitária em Gloria Anzaldúa: uma “new mestiza”**. Cuiabá, Polifonia. 2019. Disponível em <file:///D:/C3%81rea%20de%20Trabalho/Pansexualidade/anzaudua.pdf> >. Acesso em: 28/11/2020;

- BATISTA, Carla. **O que é Interseccionalidade**. Géledes. 2018. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/o-que-e-interseccionalidade/>>. Acesso em 17/11/2020;
- CEREZER, Osvaldo Mariotto; FANAIA, João Edson de Arruda; RIBEIRO, Renilson Rosa al. **Escrita da História**. (Org.). Cáceres-MT: Editora UNEMAT, 2010;
- COLLING, Leandro. **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador. EDUFBA, 2016. Disponível em < <http://books.scielo.org/id/h3ncq> >. Acesso em: 09/08/2020
- FERNANDES, Estevão Rafael. **Decolonizando sexualidades: Enquadramentos coloniais e homossexualidade indígena no Brasil e nos Estados Unidos**. Brasília, 2015;
- FOUCAULT, Michel. . **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987;
- FREITAS, Leticia Souza de. **Minorias sexuais e de gênero, o estigma social e a sociedade de risco**. Florianópolis. Saúde & Transformação Social. 2019. Disponível em <<file:///D:/C3%81rea%20de%20Trabalho/Pansexualidade/Minorias%20sexuais%20e%20de%20g%C3%AAnero,%20o%20estigma%20social%20e%20a.pdf>>. Acesso em: 06/11/2020;
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4º ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004;
- JAEGER, M.B.; LONGUINI, G.D.N.; OLIVEIRA, J.M.C; Toneli, M.J.F. **Bissexualidade, bifobia e monossexismo**. Periódicus. ISSN: 2358-0844 n. 11, v. 2 mai. - out. 2019 p. 01-16.2019; Disponível em <<https://repositorio.iscte-ul.pt/bitstream/10071/20150/1/28011-124365-1-PB.pdf>>. Acesso em 20/10/2020;
- LIMA, Paulo. **Serguei está na moda**. Isto é. 2011. Disponível em <https://istoe.com.br/132253_SERGUEI+ESTA+NA+MODA/>. Acesso em 15/11/2020;
- MEDEIROS, Raphael Carlos Cesar. **A RESSIGNIFICAÇÃO DO DISCURSO PANSEXUAL: O JOGO DO TAMBÉM** (PIBIC/CNPq/UEM), 24º EAIC.EUEM. 24º EAICJr 2015. Disponível em < <http://www.eaic.uem.br/eaic2015/anais/artigos/38.pdf>>. Acesso em 10/11/2020.
- OLIVEIRA, Jéssica Cristina Alvaro. **Resenha. AKOTIRENE. Carla. Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019. Universidade Estadual do Norte Fluminense
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 p.
- SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos: modos e significações**. Brasília. INCTI, UnB, 2015.

SIQUEIRA, Monalisa Dias de; KLIDZIO, Danieli. **BISSEXUALIDADE E PANSEXUALIDADE: IDENTIDADES MONODISSIDENTES NO CONTEXTO INTERIORANO DO RIO GRANDE DO SUL; REVISTA DEBATES INSUBMISSOS**, Caruaru, Ano 3, v.3, nº 9, Edição Especial. 2020. ISSN: 2595-28032010. Disponível em:
<<file:///D:/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Pansexualidade/Bissexualidade%20e%20pansexualidade.%20monodissidencia.pdf>>. Acesso em: 20/11/2020.

SPIVAK, Gayatri Chakravony, **Pode o subalterno falar?** tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. - Belo Horizonte : Editora UFMG, 2010;